

Contra o “poder sem controlo” do MP

Rio, Negrão, Santos Silva ou João Caupers entre os 50 subscritores do documento que quer “escrutínio”

MARGARIDA COUTINHO

Num momento em que o Ministério Público (MP) está debaixo de fogo, 50 personalidades subscreveram um manifesto a exigir uma reforma da justiça que coloque fim ao “poder sem controlo” dos magistrados. Num ataque cerrado à atuação deste organismo, o documento identifica “graves abusos na utilização de medidas restritivas dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”, assim como uma “forma perversa de atuar, com contornos mais políticos do que judiciais”. Também a investigação que causou a demissão de António Costa é mencionada como exemplo de uma prestação “inconcebível” do MP, por continuar sem ouvir o ex-primeiro-ministro.

Para uma mudança de rumo, pede a implementação de “mecanismos de escrutínio democrático externo” através da Assembleia da República (AR). Ou seja, tornar audições de elementos do MP “regulares” e “normais”, preservando o “respeito pela autonomia” da justiça. “Deve ser normal o poder legislativo e o poder judicial falarem, não sobre processos concretos, mas sim sobre o funcionamento da justiça”, explicou ao Expresso Fernando Negrão, juiz, ex-deputado do PSD e um dos signatários do mani-

festos. O antigo diretor-geral da Polícia Judiciária reconheceu que há uma “certa resistência” por parte dos magistrados em concordar com estas audições no Parlamento, já que obrigam a uma exposição pública que “não faz parte da sua cultura”. Contudo, a inação prejudica a “própria justiça”. “Vemos isso nos resultados sobre credibilidade das instituições.” Além de Negrão, o documento é assinado por personalidades como Augusto Santos Silva, Rui Rio, José Pacheco Pereira ou Daniel Oliveira. Do lado da justiça há nomes como João Caupers (antigo presidente do Tribunal Constitucional), Germano Marques da Silva (penalista e professor catedrático) ou Maria de Lurdes Rodrigues (reitora do ISCTE e antiga ministra).

“Não foi o parágrafo [da PGR] que levou a manifesto”

Segundo o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), há acusações de que o manifesto quer “forçar alterações legislativas” a reboque de “processos concretos” que atacam a “autonomia” do MP. “Existe uma falta de confiança generalizada nas instituições democráticas e não uma falta de confiança específica no MP. O que é importante é credibilizar as instituições e não atacar



Rui Rio tem sido crítico do MP e faz parte das 50 personalidades signatárias FOTO NUNO BOTELHO

a independência do sistema de justiça”, respondeu ao Expresso Paulo Lona, presidente do SMMP.

O texto também apontou o dedo à ação do MP por “gerar a queda de duas maiorias parlamentares” — de António Costa e de Miguel Albuquerque (PSD-Madeira) —, tendo agora os tribunais a “contrariar a narrativa”. “O país continuou a assistir ao inconcebível quando, decorridos longos cinco meses

[...], o MP nem sequer se dignou informá-lo [António Costa] sobre o objeto do inquérito nem o convocou para qualquer diligência processual”, lê-se. Fernando Negrão rejeita que o caso esteja no centro da criação do manifesto. “Não foi o parágrafo [no comunicado da PGR] que levou a este manifesto. Foram outros ‘parágrafos’ que não têm sido explicados a outros órgãos de soberania nem aos portugueses. Casos no direito de família,

de violência doméstica ou com políticos que levantaram muitas interrogações e que continuam por responder”, defendeu.

Também a procuradora-geral da República está fora da mira do documento. “Não tem nada a ver com a PGR. Não se pretende fazer nada contra ninguém porque os queremos a debater o estado da justiça, que deve ser discutido por todos.”

Com RUI GUSTAVO
mcoutinho@expresso.imprensa.pt

FRASES

“Não foi o parágrafo [sobre Costa] que levou a este manifesto. Foram outros que não têm sido explicados”

Fernando Negrão
Signatário do manifesto

“Esta forma perversa de atuar, com contornos mais políticos do que judiciais, tem produzido um óbvio desgaste no regime”

Manifesto “Por uma Reforma da Justiça em Defesa do Estado de Direito Democrático”

“Procura-se forçar alterações a reboque de processos concretos atacando a autonomia do MP”

Paulo Lona
Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público